



Protagonismo e competências em informação: conferência de encerramento do V COINFO

Protagonism and skills in information: closing conference of the V COINFO

Henriette Ferreira Gomes

Doutora em Educação. Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.
henriettefgomes@gmail.com

RESUMO

Conferência de encerramento do V CoInfo abordando a relação entre protagonismo social e o desenvolvimento das competências em informação, estabelecendo um resgate das origens do conceito de protagonismo no teatro e literatura grega e seu sentido nos estudos da mediação da informação, apontando a necessária discussão acerca do contexto contemporâneo, no qual o neoliberalismo coloca em risco os direitos sociais e busca estabelecer uma nova racionalidade, redutora do espaço social, do senso de coletividade e humanidade. Nessa perspectiva, o texto busca demonstrar como o neoliberalismo coloca em risco a existência ativa dos sujeitos sociais, condição essencial para que as coletividades sejam respeitadas em suas diversidades e tenham assegurados os seus direitos, incluindo-se aqueles relacionados a educação, cultura e informação, onde o desenvolvimento intelectual de todas as gerações seja assegurado e as maiorias subalternizadas possam também se constituir em maiorias competentes em informação e protagonistas do seu tempo, portanto, em sujeitos da ação política.

Palavras-chave: Protagonismo social – Mediação da informação; Protagonismo social – Competências em informação; Neoliberalismo – Impactos na subjetividade. Neoliberalismo – Redução da esfera pública.

ABSTRACT

Closing conference of the V CoInfo addressing the relationship between social protagonism and the development of skills in information, establishing a rescue of the origins of the concept of protagonism in Greek theater and literature, and its meaning in the studies of mediation of information, pointing out the necessary discussion about the contemporary context, in which neoliberalism puts social rights at risk and seeks to establish a new rationality, reducing the social space, the sense of collectivity and humanity. From this perspective, the text seeks to demonstrate how neoliberalism puts at risk the active existence of social subjects, an essential condition for collectivities to be respected in their diversities and have their rights ensured, including those related to education, culture and information, where the intellectual development of all generations is ensured and the subalternized majorities can also be constituted in majorities competent in information and protagonists of their time, therefore, in subjects of political action.

Keywords: Social protagonism – Mediation of information; Social protagonism – Skills in information; Neoliberalism – Impacts on subjectivity; Neoliberalism – Reduction of the public sphere.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente eu gostaria de saudá-los e de saudar aos organizadores do *V ColInfo* e, em especial, às professoras *Regina Belluzzo* e *Marta Valentim* pelo convite que muito me honrou.

Para mim é motivo de muita satisfação estar hoje aqui em diálogo com pares tão relevantes, que abraçam a temática do desenvolvimento de competências em informação, especialmente nesta edição do evento, quando buscam relacioná-la ao protagonismo.

Mas, antes de dar início à minha abordagem, eu quero me solidarizar com as famílias e amigos dos mais de 480 mil brasileiros que, até hoje: 11 de junho de 2021, perderam sua vida e seu direito de transformar este País, assim como a todos que sofrem pelos que se foram no mundo inteiro.

Faço este registro, lembrando que esse mal se abateu sobre nós pela ganância do sistema capitalista, de explorar a natureza a qualquer custo, de colocar os interesses de poucos acima dos interesses dos coletivos humanos e de todas as formas de vida deste planeta. E, por fim, quero também lembrar que no nosso querido Brasil, essa estupidez foi e tem sido ainda maior, provocando em apenas um ano um número de mortes superior ao de muitas guerras sangrentas e também insanas.

Por outro lado, quero também dizer que este meu lamento se transforma em uma palavra de resistência e de compromisso cada vez maior, com a luta contra a exploração das maiorias subalternizadas. Este lamento se transforma em força imensurável, que se coloca a serviço da construção e do fortalecimento do protagonismo social. E aqui, então, eu começo a minha exposição sobre o tema que me foi proposto: protagonismo e as competências em informação.

Ao tratar do protagonismo social na Ciência da Informação, considero relevante resgatar o conceito de protagonismo na origem da sua formulação histórica na Grécia, com o objetivo de destacar a sua força na perspectiva social, apresentando como ele está sendo incorporado às abordagens dos estudos da mediação da informação.

E, para reafirmar essa perspectiva social, também considero importante retomar as discussões de *Laval*, *Dardot* e *Foucault* acerca do neoliberalismo, já que este representa uma marcha ideológica de construção de novas subjetividades, capazes de “desconstruir” a força do coletivo e, conseqüentemente, a força do social.

Então, a partir desta problematização, entendo que poderei, de modo mais claro e adequado, abordar a relação da Ciência da Informação com o protagonismo social, e a minha proposição de que a mediação da informação e suas dimensões devam representar um fundamento imprescindível da área, de modo que todos nós, pesquisadores e profissionais da informação, possamos nos posicionar mais conscientemente em nossos estudos e fazeres, compreendendo-os como contributos ao protagonismo social.

2 PROTAGONISMO SOCIAL: ORIGEM E RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A expansão da compreensão em torno do protagonismo social poderá contribuir para que as diversas atividades da área sejam efetivamente ações de mediação consciente da informação, que se interliguem ao desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social.

Compreender com maior profundidade o protagonismo social é importante para que os pesquisadores e profissionais da informação se compreendam como mediadores e se tornem protagonistas sociais do seu tempo, construindo vínculos sólidos entre o seu objeto de estudo e o seu trabalho com o processo libertador e humanizador do mundo, compreendendo esse processo como um agir em favor de todas as formas de vida, que não apenas a vida humana. Com essa compreensão e perspectiva o *Prof. Edmir Perrotti* e eu mesma, em adesão às suas abordagens, temos refletido e feito proposições acerca das relações do protagonismo social com a mediação cultural e da informação.

E para falar do protagonismo sob o foco do social entendo que é preciso trazer e reafirmar, a todo momento, que essa concepção teve origem no campo da literatura e do teatro grego. Considero que essa retomada é fundamental para justificar a adição do termo social ao termo protagonismo. Essa retomada nos ajuda a lembrar que o interesse coletivo é motor do protagonismo e que, na sua origem, ele representou a defesa da luta entre o público e o privado.

Ésquilo e *Sófocles* abriram esse importante caminho para o protagonismo, que compreendemos como social. Até as contribuições deles, nas tragédias gregas havia apenas um ator que recitava um texto, que era ecoado pelo canto de um coro. A história contada estava ancorada nesse personagem, sendo o coro apenas uma espécie de eco à sua mensagem.

O momento histórico da *Grécia* de confronto entre a mitologia e o pensamento jurídico, que se instalava para o estabelecer os direitos dos cidadãos na constituição da *pólis*, parece ter influenciado *Ésquilo*, que introduziu na cena teatral mais um ator, possibilitando o debate entre dois personagens. Naquele período de transição entre o domínio dos valores marcadamente religiosos e os novos valores democráticos, se buscava a valorização dos coletivos, exatamente porque se buscava fortalecer a *pólis*.

E essa nova cena teatral criada por *Ésquilo* ressaltara e contribuíra para o fortalecimento do debate, expandindo o lugar do debate como uma experiência social que, conforme Santos (2005), se somou à luta pela superação dos valores individualistas da aristocracia grega.

No entanto, foi *Sófocles* quem introduziu nas tragédias gregas três novas figuras em cena: o protagonista (personagem principal); o deuteragonista (personagem secundário com papel de antagonista - opositor ao protagonista) e o tritagonista (papel terciário na trama, que acresce ações com repercussão sobre o protagonista). (SANTOS, 2005).

Assim nasce o termo e o sentido mais profundo do protagonista que, em grego é *protagonistes*, palavra composta pela raiz “*protos*” (principal ou primeiro) acrescida do termo “*agonistes*” (lutador). Percebe-se que *Sófocles* ampliou a cena das tragédias e delimitou com maior clareza o papel de cada personagem no debate ou embate travado em sua obra, trazendo um delineamento mais preciso da figura do protagonista. Delineamento no qual *Sófocles* incorporou a esse personagem um atributo relevante que o diferencia dos demais, que é o atributo da resistência consciente, qualificando-o como um lutador.

Esse delineamento foi marcado na sua obra *Antígona*, tragédia que compôs em torno de 442aC e que trata da *Cidade de Tebas*, onde a protagonista *Antígona* exerceu resistência ao *Rei Creonte*, que governava com desrespeito às tradições e aos direitos socialmente estabelecidos.

Antígona era filha de *Édipo*, e irmã de *Ismênia*, *Etéocles* e *Polinice*. E enfrentou corajosamente *Creonte*, que assumira o *Reino de Tebas*, após seus irmãos *Etéocles* e *Polinice* terem se enfrentado mortalmente em luta pelo trono de *Tebas*.

Polinice, que após a morte do *Rei Édipo* deveria assumir o *Reino de Tebas*, foi exilado em *Argos* pelo irmão *Etéocles* que usurpou o reino para si. *Polinice* então se aliou a outras lideranças vizinhas a *Tebas* na tentativa de reconquistar seu direito de reinar. Na tragédia

grega essa luta foi denominada de a *Guerra dos Sete Chefes*. Desse episódio de luta, os dois irmãos de *Antígona* saem mortos, e *Creonte*, que era tio deles, se aproveitou da morte de ambos para tomar o poder.

Mas, além de tomar o poder, *Creonte* buscou marcar simbolicamente o destino daqueles que, como *Polinice*, viessem a gerar reações, colocando sob ameaça seus interesses privados. *Polinice*, mesmo morto, marcaria o coletivo como representação de um sujeito capaz de resistir e lutar, portanto, carregando o germe do protagonismo. Ao “olhar” de *Creonte*, *Polinice* poderia se transformar em um símbolo perigoso, e por isso deveria ser destruído. Assim, *Creonte* pune *Polinice*, já morto, para enfraquecê-lo como símbolo, impedindo o seu sepultamento e expondo seu corpo aos ataques de aves de rapina. Atitude que claramente teve ainda outra intenção, a de construir uma simbologia contrária ao protagonismo, capaz de amedrontar aqueles que pudessem colocar em risco seus interesses de governar *Tebas*. Com sua medida cruel e de desprezo à dor dos familiares, *Creonte* infringe princípios humanos com o propósito de atingir severamente a imagem de *Polinice*. E foi contra isso que *Antígona* se ergueu.

O enfrentamento de *Antígona* representa uma luta de resistência pelos direitos dos cidadãos de *Tebas* de chorarem e enterrarem seus mortos e destes terem um funeral digno. Mas, por outra perspectiva, *Antígona* também se ergueu contra a manipulação de *Creonte* e seu modo de governar *Tebas*, sempre orientado por seus interesses privados, desrespeitando os interesses e direitos do coletivo.

Então, nós podemos ver que, na literatura e no teatro grego, o protagonismo se firma relevante no desenvolvimento da trama, ocupando maior espaço de voz na cena, mas acima de tudo pelo seu papel interveniente na realidade, um papel com maior potencial de repercutir sobre a formação de novas concepções do coletivo quanto ao que seja uma existência digna e de resistência à tirania.

Contudo, na travessia dos séculos, a ideia de protagonismo passou a ser vinculada ao destaque pessoal de alguém, de uma instituição ou de um país, em determinado contexto ou acontecimento, tendo ocorrido um reducionismo do seu sentido primeiro.

Podemos afirmar que essa concepção que se disseminou ultrapassando os tempos históricos que nos afastam de Sófocles, se afastou daquela introduzida por ele em *Antígona*, onde as ações e as falas da protagonista estavam comprometidas com causas fundamentais da vida social. E é este sentido primaz que os estudos de mediação da

informação resgatam e tentam apresentar como um objetivo central que se entende como diretamente ligado à intencionalidade da ação mediadora.

Quando Perrotti (2007) revisitou a gênese do conceito em *Antígona*, ele nos permitiu superar o uso mais estrito e vulgarizado do termo protagonismo. E considero que esse resgate nos permitiu recuperar dois núcleos de sentido que considero fundantes do protagonismo: a **resistência** e a **consciência social**.

Acredito que na nossa existência e no nosso trabalho, seja na pesquisa ou no exercício profissional, devemos nos inspirar em *Antígona* para exercer resistência, não aceitando passivamente a realidade imposta, reagindo e enfrentando, com a mesma coragem e determinação de *Antígona*, o autoritarismo e a arbitrariedade que se interpõem contra o direito à vida digna e honrada, que abrange os direitos de ter acesso ao conhecimento, à educação, à leitura, à informação, que também são dependentes de outros direitos não desejados pelos “podres poderes” como o direito à saúde, à moradia, à justiça, à segurança, à preservação do meio ambiente. Enfim, devemos atuar e agir de modo a fortalecer as trincheiras das lutas pelos direitos sociais, pela inclusão e equidade social, onde se insere também o direito de produzir cultura, conhecimento e a própria informação.

Não se pode esquecer que a informação se constitui em uma instância de trânsito dos saberes e conhecimentos de um plano singular para o plano do coletivo, trânsito que também só pode ocorrer no coletivo. Esse trânsito é dependente do coletivo e é pelo coletivo porque este visa o compartilhamento de experiências, saberes e conhecimentos, para fortalecer a vida social.

Esse trânsito também ocorre porque somos frutos das interações sociais e delas somos dependentes para construirmos conhecimentos e saberes, para estabelecermos pertencimento, respeito e até para dar condições de emergir a criatividade que traz êxtase, transcendência, mas também oportunidade de transformação promissora da realidade.

Quero dizer que, sem o coletivo não construimos cultura, não desenvolvemos a aprendizagem, não construimos conhecimento, não produzimos informação, nem tampouco asseguramos que ela possa circular livremente, sob a chancela da veracidade. Sem o coletivo ou quando perdemos o sentido do coletivo, somos vazios, infelizes, solitários, amargos e cruéis. Somente o sentido de coletividade e de respeito à esfera

pública nos erguem para a verdadeira existência, que se constitui no tesouro mais precioso que o ser humano pode possuir.

Em *Antígona*, Sófocles evidencia a necessária luta pela esfera pública, pelo espaço público, pelos interesses, valores e princípios do coletivo e também a necessária subordinação dos interesses privados àqueles do coletivo, enfim, Sófocles evidencia em sua obra que marca a concepção de protagonismo, a importância da esfera pública.

Podemos traduzir essa concepção primeira do protagonismo em Sófocles como uma luta entre amor e ódio; entre a aceitação e compaixão em relação ao outro e a sua negação; entre arbitrariedade e solidariedade; como uma luta que enfrenta a tentativa de controle social, que impõe silêncio e subserviência; uma luta contra a fome, a miséria e a impossibilidade de crescer dignamente e se humanizar; enfim como uma luta de resistência consciente em favor da esfera pública, dos princípios e dos direitos da coletividade. Neste sentido então, pode-se afirmar que Sófocles assinala que o comportamento protagonista representa uma potência transformadora da realidade, evidenciando a sua força política.

O protagonismo transgride em favor do público e do coletivo, e por esse motivo ele assusta o opressor que, de modo direto ou indireto, reage e gera antagonismos. Portanto, um protagonista precisa saber identificar onde estão os antagonismos, quem são os antagonistas, para poder se opor a eles, oferecendo resistência às barreiras impostas. Em síntese, um protagonista é aquele que compreende o caráter político das ações.

Antígona compreende o caráter político da sua ação, mantém-se na resistência e assume um protagonismo que impacta o seu momento vivido, mas também impacta um dever de mudanças importantes da realidade. Como *Antígona*, um protagonista social precisa entender a força da sua ação e ter consciência de que as mudanças decorrentes delas podem não se efetivar no seu próprio tempo histórico e, ainda assim, seguir em frente porque sua dignidade e grandeza são tecidas na luta consciente e na sua consciência de que somos centelhas, cuja existência ganha sentido nos ganhos do coletivo que se estendem ao futuro.

Assim como *Antígona* não devemos circunscrever a nossa luta a interesses particulares, nem mesmo aos nossos interesses privados. Não se deve circunscrever a luta a desejos, paixões privadas e planos pessoais. Devemos negar protagonismos da ordem do individual. Queremos tratar do protagonismo como uma conduta relacionada a uma atuação consciente pela valorização da vida, da esfera pública e dos interesses do coletivo.

Como nos alerta Perrotti (2017, p. 15), o protagonismo “Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos que afetam a todos.” O protagonismo representa uma tomada de posição frente a quaisquer obstáculos que ameacem o coletivo, que ameace o direito de existir dignamente, o que envolve o direito à educação, à cultura, ao conhecimento e à informação pautada na verdade.

Portanto, em sua instância nuclear, o protagonismo é social e corresponde a um modo de existir, que envolve todas as esferas da vida humana, em sua diversidade e dimensões, incluindo-se a própria dimensão cultural, compreendendo cultura como produção humana na qual se insere a informação.

3 PROTAGONISMO SOCIAL X NEOLIBERALISMO: PONTO-CHAVE NA CONSTRUÇÃO DA MEDIAÇÃO CONSCIENTE E AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO

A compreensão do verdadeiro sentido do protagonismo social nos leva a analisar, com maior clareza e criticidade, os investimentos do neoliberalismo em reduzir direitos, impedir o espaço crítico, que é tão relevante na mediação cultural e da informação. O neoliberalismo investe com força na destruição ou neutralização das ações coletivas, que podem oferecer resistência às suas metas. E, para analisar suas intenções e o quanto elas, caso se concretizem, representarão a destruição ou a edificação de barreiras ao desenvolvimento do projeto humanizador do mundo, encontramos explicações nas reflexões de Dardot e Laval (2016, 2019) que retiram a “máscara” de sistema econômico vigente nos discursos oficiais e sociais, nos fazendo compreender que o neoliberalismo é um sistema de poder em busca de instalar no social uma nova racionalidade. Esses autores nos dizem que o neoliberalismo não consiste

[...] somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até converter esta lógica em formas de subjetividades e em norma das próprias existências. (DARDOT; LAVAL, 2019).

Dardot e Laval (2019) recuperam o debate de Foucault quanto ao ativismo do neoliberalismo, onde ele assinala que não se deve associar o neoliberalismo unicamente à ideia do estado mínimo, proposta do liberalismo clássico.

Foucault (2010) nos alerta que o neoliberalismo representa uma tecnologia política que incide sobre o desejo, sobre a volição e a consciência do sujeito, elementos que são ativos nos processos de subjetivação. E aqui reside um ponto-chave de atenção para a mediação da informação, que abrange as ações de desenvolvimento de competências em informação, porque esses processos interferem na relação que os sujeitos desenvolvem com o conhecimento e a informação.

Para Foucault (2010) o projeto do neoliberalismo se concentra na desnaturalização radical do interesse, colocando o interesse não mais como algo natural, como volição que gera escolhas individuais. Para ele, o neoliberalismo concebe a possibilidade de constituição de um *homo economicus*, capaz de radicalizar e politizar o desejo.

E nessa perspectiva então é que Dardot e Laval (2019) defendem que o neoliberalismo representa um projeto de construção de uma nova subjetividade, de uma nova racionalidade, na qual o interesse do coletivo é ameaçado e “destruído” nas entranhas do próprio social.

Essa nova racionalidade que pretende o neoliberalismo quebra os princípios solidários, os valores e as práticas sociais, essenciais à construção e consolidação da conduta de respeito à alteridade, como também à verdade, à história e à ciência.

Na subjetividade que emerge dessa nova racionalidade intencionada pelo neoliberalismo, o outro já não importa, em especial se esse outro representa um obstáculo ao desejo privado de alguém ou de algum grupo social.

Nessa nova racionalidade também não existe, ou não deve existir, a História, caso ela cumpra a sua missão de identificar e analisar o contraditório para compreender e apresentar fatos que contornam e/ou motivam o curso da vida em sociedade. A história busca e pode revelar as fragilidades e desonestidades dos desejos oriundos da esfera do privado e que se impõem sobre os interesses públicos.

A Ciência também não é bem-vinda, em especial, quando os seus resultados se opõem às teses neoliberais. A Ciência tem um *ethos* que se pauta em buscar sucessivas aproximações com a realidade, na tentativa de compreendê-la em sua complexidade e,

exatamente por isso, representa um risco à essa racionalidade almejada pelo neoliberalismo.

O fazer científico contribui para o desvelamento de verdades, consciente de que essas verdades sempre são provisórias, o que motiva o permanente exercício da problematização e do comportamento cético, que colocam essas verdades provisórias em constante revisão e questionamento. Condutas e procedimentos científicos só são possíveis no plano do debate, do exercício da crítica, quando na Ciência ocorrem os processos de intersubjetividades, que impulsionam a criatividade.

A Ciência é resultado do coletivo e não é a-histórica. no plano do debate das ideias que ocorrem no exercício da crítica, desse modo ela desloca da zona de conforto e de domínio, e desconstrói aquelas explicações do real guiadas pelo plano dos interesses e desejos individuais, conduzindo para um plano do debate de ideias que possibilita a interlocução entre diferentes perspectivas, de maneira que se possa lançar “luzes” sobre planos ainda desconhecidos, sombreados ou até mesmo apagados por interesses privados de alguém ou de determinados grupos.

Estas são as razões pelas quais a Ciência e a História têm sido tão atacadas pelos agentes desse sistema político perverso. A nova racionalidade proposta e em construção pelo neoliberalismo tem outra característica perversa que é a da aceleração do caos e da destruição dos valores e princípios ligados ao processo de humanização do mundo.

Dardot e Laval (2016, 2019) dizem que o neoliberalismo se nutre das crises que ele próprio gera. Ele se sustenta e se fortalece porque “governa” na crise. Por isso, desde a década de 1970 o neoliberalismo instala e alimenta crises econômicas e sociais. Contudo em nosso tempo ele não necessita mais sustentar uma imagem liberal e democrática, como necessitou antes. No momento histórico em que vivemos, o neoliberalismo não mais necessita da afirmação de uma imagem ligada a processos democráticos, iniciando o seu período mais feroz, promovendo ações de fechamento de fronteiras, de ofensivas contra os direitos humanos, direitos trabalhistas, direitos sociais, direitos que ele entende como ameaças a sua hegemonia.

Nessa nova racionalidade, os seres vivos importam cada vez menos, o que importa é o lucro, o poder e a hegemonia de uns poucos sobre muitos. Um exemplo disso nos foi formulado por Ailton Krenak (2018), quando ele assinala a conduta do neoliberalismo em relação a internacionalização, não a aceitando como um processo de equidade e justiça entre os povos e em benefício deles, mas sim como um processo restrito

ao trânsito de mercadorias e dos recursos naturais dos diferentes povos. A internacionalização defendida pelo neoliberalismo não visa o multilateralismo entre as nações, mas fortalecendo o imperialismo que aceita e explora o trânsito das mercadorias e os recursos naturais que represente lucratividade para alguns, fortalecendo “impérios”. O trânsito dos bens naturais ou produzidos que interessa às nações que têm hegemonia é o permitido, enquanto é negado a maioria dos homens e mulheres que integram os diferentes povos e territórios, a eles não é permitido o trânsito, a circulação, estes não são bem vindos e, quando insistem no trânsito por necessidade de sobrevivência ou até pelo desejo de ampliar suas possibilidades de desenvolver e experimentar o bem estar social, são tratados como refugiados.

Isso ocorre porque no cerne dessa nova racionalidade está o individualismo, a negação do coletivo, a supremacia do interesse e dos desejos particulares de poucos que insistem na dominação do mundo. Esses interesses são mais importantes e na nova subjetividade gerada pelo neoliberalismo devem se sobrepor aos interesses e direitos das majorias. Para tanto, essa nova racionalidade autoriza e prega a própria destruição da capacidade humana de desenvolver empatia, de se colocar no lugar do outro, de sentir sua dor e de, em um movimento fraterno, fortalecer as condições subjetivas de respeito à alteridade.

E na semeadura dessa nova subjetividade necessária à racionalidade neoliberal, que como afirma Foucault (2010) pretende um *homo economicus*, o coletivo não importa e, sem endo obstáculo, deve ser destruído, assim como tudo que desse coletivo emanar ou interessar, como o conhecimento, a busca e valorização da verdade, a formulação e preservação de direitos sociais, em especial as teses e projetos de equidade e justiça social.

Desse modo, pode-se concluir que o protagonismo social representa uma ameaça ao neoliberalismo. Porque sua força reside no fortalecimento das ações do coletivo, com o coletivo e para o coletivo. O protagonismo social move-se em direção aos interesses das coletividades, atua em favor da inclusão e da justiça social.

O protagonismo social também não interessa ao neoliberalismo porque para ocorrer ele depende das interações sociais e de uma tomada de consciência da sua importância. E, por outra perspectiva o protagonismo social também não interessa à essa nova racionalidade porque ao se desenvolver e se fortalecer ele será capaz de gerar, ampliar e consolidar condutas de cooperação, interlocução e debate, onde a experiência

do amor torna-se mais forte do que a do ódio, a fraternidade e o respeito ao diferente conquistam força e poder transformador.

Por esta razão, a lógica neoliberal tenta orquestrar uma concepção individualista do protagonismo, associando-o à capacidade individual dos sujeitos e da conquista de poderes, confundindo a compreensão quanto à concepção originária do protagonismo, acentuando um entendimento reducionista que acaba induzindo a uma associação com o empreendedorismo, em uma lógica ligada ao estímulo à competição entre os indivíduos, as instituições, as organizações e as nações. Acentuando ainda a ilusão de que alguém pode planejar o seu desenvolvimento para além ou apesar das condições impostas ao coletivo que integra, o que induz às adesões às tentativas de cooptação de inteligências e excelências forjadas no social.

O protagonismo sob a ótica neoliberal estimula a competição, os jogos de interesses e comanda desejos pessoais que, para serem alcançados, podem até ser sobrepor aos interesses da coletividade, podendo autorizar condutas perversas, cruéis e desrespeitosas.

Nesse cenário, o “eu” vale mais do que o “nós”. As “verdades” produzidas sob o comando das paixões individuais é que devem passar a reger a vida e a se sobrepor aos processos gerados nas interações sociais, em especial nas interações movidas pelo senso de coletividade.

E aqui me parece importante uma discussão para os estudos de mediação da informação, entre os quais situo aqueles que selecionaram como foco de pesquisa as concepções, ações e práticas voltadas ao desenvolvimento de competências em informação, quanto ao significado mais profundo da pretensa busca pela autonomia dos sujeitos no encontro com a informação e no processo de apropriação.

4 CONCLUINDO E PROBLEMATIZANDO

Em minhas últimas interlocuções públicas tenho dito que, cada vez mais me incomoda o termo autonomia. Talvez este seja um conceito que também deva ser revisitado na sua origem, para que possamos repensá-lo a partir de uma perspectiva filosófica, sociológica e política. E é com essa intencionalidade que torno as minhas conclusões em convite a reflexões e problematizações necessárias ao avanço de nossos estudos e práticas, como fez a *Profa. Daniela Melaré* na conferência de abertura.

Assim, minhas conclusões se apresentam como problematizações e questionamentos que tenho formulado a mim mesma, para os quais ainda não tenho respostas. Mas as considero fundamentais como questões de partida para o direcionamento e delineamento de novos estudos, como as que seguem.

De qual autonomia estamos falando?

O quê estamos querendo oportunizar aos sujeitos do encontro com a informação, quando estabelecemos como meta o desenvolvimento da sua autonomia?

Essa pretensa autonomia é mesmo possível?

A quem serviria essa busca por uma autonomia dos sujeitos informacionais?

Se nos constituímos nas interações com o coletivo, se somos coletivos, do que se trata essa autonomia?

Qual lugar ocupa o outro na minha aprendizagem?

Qual o lugar do outro no meu processo de busca, localização, recuperação e identificação da autenticidade das informações?

Qual o papel do outro no meu processo de interpretar e me apropriar da informação?

No processo complexo de construção de saberes e conhecimentos, onde se situa o outro?

Na autonomia onde e como se situam o coletivo, a memória coletiva e social, a nossa herança cultural?

Onde está situada a herança cultural do outro que, diferentemente de mim, nasceu e cresceu em outro contexto e, talvez por isso, se aproprie de modo diferente da cultura e da informação?

Mais do que isso, penso que precisamos nos indagar sobre como nessa autonomia se situam as ideias e concepções distintas daquelas que pudemos formular, apreender e incorporar como valores e princípios ao longo das nossas experiências de vida, ao longo das nossas experiências profissionais e acadêmicas? Lembrando que todas as experiências ocorrem em determinados coletivos sociais, que gestam esses valores e princípios. Essa autonomia tenderia a colocar os sujeitos no ritmo de condutas de negação ao diferente? Ela tenderia a reforçar comportamentos arrogantes, excludentes e preconceituosos?

Estas questões me parecem fundamentais, em especial nesse nosso tempo de tentativas neoliberais de construção de uma nova racionalidade, sob a égide das tramas de um capitalismo mais feroz.

Essa pretensa autonomia, assim como um sentido de protagonismo em uma concepção individualista ligada aos interesses do privado, pode nos desviar dos fundamentos da nossa área do conhecimento, dos seus esforços e investimentos de pesquisas na busca de encontrar os caminhos da colaboração com o processo de construção de conhecimentos e saberes, em uma perspectiva mais inclusiva, como também a preservação da cultura e dos itens informacionais para assegurar a sua partilha com futuras gerações.

Nosso projeto de colaborar com o conhecimento, com a cultura, com a educação, com o desenvolvimento científico, intelectual e social, pode se esvaziar de sentido se não compreendermos o contexto social e político da nossa atuação, se não refletirmos acerca dos conceitos que vão adentrando e se incorporando aos nossos discursos acadêmicos e científicos, assim como nossas narrativas.

Se não o fizermos correremos o risco de colaborar, ainda que inconscientemente ou ingenuamente, com o projeto neoliberal de construção de uma nova subjetividade que sustente sua racionalidade perversa, na qual o individual, o interesse privado, as paixões intestinas, os interesses e as próprias percepções imediatas e, por isso, mais rasas dos sujeitos se sobreponham à verdade, ao exercício da crítica, ao respeito à alteridade, ao coletivo e ao público. E assim, o que se pretende e entende por autonomia em nossos estudos se esvaziará, perderá seu sentido e força.

Minhas reflexões em torno dessas questões me levam mais uma vez ao encontro de pensadores como *Paulo Freire*, *Debray*, *Habermas* e *Vygostky*, que compreenderam com muita profundidade a importância e o papel do coletivo, das interações sociais, dos processos de comunicação, do agir comunicativo, das mediações e das sociabilidades, que devem ser oportunizadas a todos como o *lócus* da formação humanizadora, enfim como um *lócus* da emergência de sujeitos libertários e emancipados.

Eu prefiro pensar e trabalhar em concepções, proposições teóricas, ações e práticas voltadas ao desenvolvimento de sujeitos emancipados, do que colocar o esforço intelectual e profissional voltado a “sujeitos autônomos”, que até mesmo suspeito não existirem. Até mesmo a lógica neoliberal precisa emergir das interações sociais geradoras da nova subjetividade pretendida por este sistema de poder. Para destruir o mundo, ele

precisará de todos nós e por isso investe sistematicamente em conduzir nossas subjetividades.

Nossos pares que estudam as competências em informação revelaram muita sensibilidade e excelência quando foram capazes de abraçar a temática em um sentido questionador e assim têm conseguido trabalhar pela superação sistemática de abordagens utilitaristas, que estiveram muito presentes na origem das formulações em torno das competências informacionais. Acolheram os estudos iniciais, respeitaram as referências que inauguraram as primeiras proposições em torno dessa temática, mas o fizeram com um olhar crítico e reflexivo. Nessa conduta científica seguiram expandindo nossa compreensão acerca dessas competências, assim como seguiram ressignificando as concepções, ações e práticas originárias.

Assim, permanecem atuando na superação de terminologias, como fizeram no estabelecimento de consenso em torno da denominação competências em informação; quando passaram a refletir acerca das dimensões dessas competências e também ao elaborarem proposições sobre o desenvolvimento de competências críticas em informação.

Observa-se com clareza esse esforço reflexivo no exemplo dado logo nas sessões iniciais deste *V CoInfo*, quando em sua palestra a *Profa. Regina Belluzzo*, ao responder uma questão formulada pelo público, afirmou que “não há autoformação”, assinalando com muita propriedade que a formação só é possível por meio da aprendizagem, portanto, está ligada a um processo de trocas coletivas, destacando a importância da interação e da mediação.

Assim, creio que, nesse momento tão crítico que vivemos, minhas reflexões e questões problematizadoras sejam bem vindas e que nossos pares valorosos que fizeram este *V CoInfo* verticalizarão suas discussões em torno da pretensa autonomia, da pretensa independência dos sujeitos. E, ao fazerem isso estarão alargando nossas fronteiras intelectuais e de atuação, em resistência ao individualismo e a essa nova racionalidade pretendida pelo neoliberalismo.

Concluo com minhas inquietações acreditando que os pares pesquisadores dessa temática trabalharão para impedir que se instale, sorrateiramente, um sentido que vincule a competência em informação a um foco de valorização do privado em detrimento do coletivo, a um foco da visão deformada de uma conduta protagonista em uma perspectiva reducionista.

Situar as ações, atividades e práticas voltadas ao desenvolvimento das competências em informação, a partir do fundamento da mediação da informação e suas dimensões, cuja intencionalidade é a do desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social, nos conclama a esse esforço crítico-reflexivo e também ao debate corajoso, à uma abertura intelectual, à uma interlocução promissora com pares que estudam o fenômeno informação sob a perspectiva da mediação e os ambientes informacionais, com seus processos, instrumentos, produtos e serviços, como dispositivos de mediação da informação. E nessa perspectiva, os seus profissionais como agentes mediadores que entendem os espaços de sociabilidade como ambiências propícias ao exercício do debate, da troca, da crítica, do encontro com a informação na interação com o outro, o outro que cuida da informação, com o outro que também deseja encontrá-la, enfim, em mediadores que atuem conscientemente pelo processo de apropriação da informação.

Entender nosso objeto de estudo e a nossa atuação profissional nesse sentido implica em uma tomada de consciência de que somos seres do coletivo, que no coletivo crescemos e nos tornamos sujeitos sociais. No coletivo existimos e sempre existiremos, ainda que tentem nos cegar em relação a esta verdade.

O sentido do coletivo em torno do fenômeno informação é pujante, desafiador e nos obriga à responsabilidade de estimular e favorecer o processo problematizador, que nos torna capazes de viver o que *Paulo Freire* entendeu por **processo permanente de conscientização**, que é fundamental para que qualquer sujeito se constitua em um sujeito competente em informação e em um protagonista social.

Por fim, creio que ao me convidarem para esta conferência de encerramento do *V CoInfo* para discutir sobre o protagonismo social, este coletivo demonstra já estar se colocando na busca do enfrentamento de desafios como estes que estou propondo. Nesse sentido então, eu os parableno e me coloco disponível à uma interlocução promissora, sempre que desejarem, e agradeço mais uma vez pela oportunidade compartilhar minhas concepções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/17>. Acesso em: 10 out. 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomia do novo neoliberalismo**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Data de acesso: 11 abr. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRAY, Régis. **Transmitir**: o segredo e a força das ideias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000. Título original: Transmettre.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Edições70, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Orgs.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap.5, p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019a, v. 1, p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida activa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I**: racionalidade de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa II**: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987b.

KRENAK, Ailton. A potência do sujeito coletivo. **Revista Periferia**, pt. 1, p.1-11; pt.2, p.1-16. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-ii/>. Acesso em: 24 abr. 2021. Entrevista realizada por Jailson de Sousa e Silva.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2020.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

SANTOS, Adilson. A tragédia grega: um estudo teórico. **Revista Investigações**, [Refice], v. 18, n. 1, p. 41-67, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1501>. Disponível em: 22 abr. 2020.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.